

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.153 - MG (2018/0307020-3)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : JOSÉ PEREIRA DA SILVA NETO**  
**ADVOGADO : ÉRCIO QUARESMA FIRPE - MG056311**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado nas sanções do art. 121 (homicídio qualificado), § 2º, incisos II, III e IV, do Código Penal, às penas de 27 (vinte e sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado.

O recurso da defesa foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1266):

*APELAÇÃO CRIMINAL - HOMICÍDIO QUALIFICADO - DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - REDUÇÃO DA PENA - NECESSIDADE - DECOTE DA REINCIDÊNCIA - DESCABIMENTO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1- Somente a decisão que não encontre menor respaldo nos elementos de convicção carreados aos autos pode ser tida como manifestamente contrária à prova. 2 - Constatado que as penas-base foram aplicadas com excessivo rigor e em dissonância dos elementos extraídos dos autos, de rigor a sua redução. 3 - Considerando que o réu ostenta inúmeras condenações com trânsito em julgado para defesa e acusação, por fatos anteriores ao que está em análise, não há que se falar em decote da reincidência.*

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (e-STJ, fls. 1323/1327).

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega a existência de contrariedade aos artigos 121, § 2º, II, III e IV do Código Penal e 593, inciso III, letra d, do Código de Processo Penal, sob a tese de que inexistiu liame subjetivo entre os acusados, ocorrendo ainda decisão manifestamente contrária a prova dos autos, face ao indevido acolhimento das qualificadoras do motivo fútil, perigo comum e recurso que

# Superior Tribunal de Justiça

impossibilitou a defesa da vítima, postulando a cassação da decisão proferida pelo corpo de jurados.

Aduz contrariedade ao artigo 59 do Código Penal, sob as teses de que: a culpabilidade não se presta como juízo de reprovação da conduta do recorrente; sobre as circunstâncias do delito, estas em nada diferem daquelas dispostas no tipo penal e de que os motivos do crime não podem ser valorados negativamente, pois, nos autos, não se tem notícias dos precedentes que levaram a realização da ação criminosa, em divergência daquilo registrado pelo juízo sentenciante, sendo que o Conselho de Sentença reconheceu a qualificadora do motivo fútil, não podendo ser valorada duas vezes; quanto as consequências, afirma que de forma alguma poderiam ter sido negativamente empregadas, pois são ínsitas à natureza do delito de homicídio.

Requer a revisão da pena-base.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 1378/1381 afirmando que se encontra presente o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 1384/1429.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 1431/1434.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 1448):

*AGRAVO CONTRA DESPACHO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL , INTERPOSTO COM FULCRO NO ART . 105, III, ALÍNEA “ A ”, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL . NÃO CONHECIMENTO , POR NÃO ATACAR DE FORMA EFICAZ OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO . SÚMULA 182 DO STJ. CONTRARIEDADE AOS ARTS . 121, §2º, II, III E IV, DO CÓDIGO PENAL E 593, III, “ D ”, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL . A LEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO DOS JURADOS FOI MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS QUANTO AS QUALIFICADORAS DO MOTIVO FÚTIL , PERIGO COMUM E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA . INOCORRÊNCIA . REVISÃO DA DOSIMETRIA . PENA - BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL . CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS ( CULPABILIDADE , ANTECEDENTES , MOTIVOS , CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME ). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA . DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE . INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .*  
*PARECER PELO DESPROVIMENTO DO AGRAVO .*

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou o fundamento da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Primeiramente, no que tange ao pleito relativo à cassação da decisão proferida pelo corpo de jurados, há que se considerar o seguinte excerto da decisão vergastada, na qual, concretamente, o Tribunal de origem erigiu o seu pronunciamento a partir da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos (e-STJ, fl. 1269):

*Destarte, inviável o exame aprofundado das versões apresentadas pela defesa, não se discutindo se a decisão dos Senhores Jurados foi acertada ou não, mas, apenas e tão somente, se existe lastro probatório, ainda que mínimo, a sustentar a tese acolhida pelo Conselho de Sentença, assumindo a Segunda Instância uma posição meramente fiscalizatória, para verificar a razoabilidade da decisão **Destarte, não se discute, na espécie, se a decisão dos Senhores Jurados foi acertada ou não, mas, apenas e tão somente, se existe lastro probatório, ainda que mínimo, a sustentar a tese acolhida pelo Conselho de Sentença.***

*A despeito das judiciosas ponderações das defesas, penso que a decisão dos Senhores Jurados merece ser preservada, encontrando, sim, apoio no conjunto probatório carreado aos autos.*

*A materialidade esta demonstrada pelo relatório circunstanciado de ocorrência de fls. 04108, boletim de ocorrência de fls. 14/20, autos de apreensão de fls. 21,29 e 32, laudo de determinação de calibre de fl. 30, exame balístico de fl. 33, laudo de análise de conteúdo de imagens de fls. 1241129, laudo de necropsia de fls. 2031208, além de outros documentos juntados aos autos, bem como da prova oral colhida. A autoria, da mesma forma, revela-se indubitosa.*

*(...)*

*Por todo o exposto, existem provas de que o acusado foi o mandante do homicídio, sendo os corréus executores do crime, não havendo que se falar em ausência de liame subjetivo ou de nexo causal, como pretendido pela defesa.*

*No que se refere às qualificadoras, não se verifica qualquer impropriedade.*

*Com efeito, constata-se da prova oral colhida que o apelante foi o mandante do homicídio por motivo fútil porque a vítima estaria se relacionando com a esposa do acusado, enquanto este estava recolhido em estabelecimento prisional. Não bastasse isso, a vítima estava na porta do seu estabelecimento comercial, falando ao celular, como salientado por policiais, quando foi atingida de inopino pelos disparos de arma de fogo efetuados pelos executores G.B.F. e W.F.P. que estavam em uma motocicleta, de modo que não é impropriedade a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa do ofendido. Por fim, depreende-se que os disparos foram efetuados à luz do dia, em via pública de intenso movimento, portanto, plenamente razoável o reconhecimento da qualificadora de perigo comum.*

*Assim, sendo os Senhores Jurados livres na escolha, aceitação e valoração das provas, diante do exposto, não há como se considerar manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados reconhecendo que o réu praticou o crime de homicídio por motivo fútil, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, acarretando perigo comum.*

*Encontrando-se, portanto, a decisão dos jurados em consonância com as provas produzidas nos autos, sob o crivo do contraditório, inclusive, tendo eles, apenas, optado pela tese que lhes pareceu mais convincente, alternativa não resta senão manter a decisão firmada em primeira instância.*

Assim, rever o referido entendimento na via eleita esbarra diretamente no óbice da Súmula n. 7/STJ.

Neste diapasão:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. ART. 932 DO CPC E 34 DO RISTJ. SÚMULA N. 568 DO STJ. NULIDADE. PREJUÍZO. DEMONSTRAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE. CORRÊU. ARROLAMENTO COMO TESTEMUNHA. INDEFERIMENTO. DEVER DE DEPOR. DIREITO À NÃO-INCRIMINAÇÃO. INCOMPATIBILIDADE. QUESITAÇÃO. AUSÊNCIA LÓGICA. CONDENAÇÃO. PROVAS. AUSÊNCIA. REVERSÃO. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*(...)*

*8. As instâncias ordinárias, soberanas no exame do acervo fático-probatório, reconheceram haver elementos de prova bastantes para alicerçar o édito condenatório, pelo Conselho de Sentença, pelo crime, conexo ao da competência do Tribunal do Júri, de porte de arma de uso restrito com numeração suprimida. Invivável, pois, a esta Corte a reversão do julgado e, por conseguinte, a admissão do recurso especial, nos termos do que dispõe o verbete sumular n. 7 do STJ.*

*9. Agravo regimental não provido.*

*(AgInt no AREsp 209.069/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)*

No que tange à pena-base, a decisão destacou (e-STJ, fl. 1274):

***A propósito, na primeira fase da dosimetria, o MM. Juiz***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*considerou desfavoráveis ao réu a culpabilidade, os antecedentes criminais, as circunstâncias e as consequências, bem como o comportamento da vítima, fixando a pena-base, dessa forma, em 25 (vinte e cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão.*

*Registro que enquanto uma das qualificadoras serviu para qualificar o delito (recurso que dificultou a defesa da vítima), as demais (motivo fútil e perigo comum) foram de forma acertada utilizadas como circunstâncias judiciais desfavoráveis (motivo e culpabilidade). Com efeito, o Magistrado a quo assim salientou:*

*"a) culpabilidade: a reprovabilidade sobre a conduta é mais acentuada, haja vista que realizada em concurso de agentes, o que facilitou a execução e demonstrou maior ímpeto homicida; além de que a prática delituosa resultou em perigo comum; maior, destarte, a censurabilidade.*

*(...) motivos: a conduta foi praticada mediante futilidade; circunstâncias: o meio que dificultou a defesa do ofendido foi tomado para fins de qualificadora; não podendo incidir novamente; sob pena de bis in idem. Não se olvide que a ordem de morte foi emitida pelo denunciado de dentro de estabelecimento prisional, o que demonstra uma maior periculosidade e acinte às autoridades constituídas! (fl. 974).*

*Desse modo, no que tange à culpabilidade, motivos e às circunstâncias, entendo que não há que se falar em qualquer retoque, eis que foram consideradas reprováveis de forma bem fundamentada pelo M. Juiz. É bom destacar que as circunstâncias foram entendidas como desfavoráveis não em virtude do recurso que dificultou a defesa da vítima o que poderia acarretar bis in idem, já que tal qualificadora qualificou propriamente o delito, mas porque a ordem dada pelo acusado para a execução do delito foi emanada do interior de estabelecimento prisional, o que enseja maior reprovabilidade.*

*Ademais, compartilho do entendimento adotado na sentença no sentido de que as consequências também são reprováveis, visto que o ofendido possuía um filho menor e a esposa estava grávida de oito meses, o que foi corroborado pela testemunha R.F.M. (fl. 960), sendo certo que o homicídio de um pai traz consequências mais gravosas do que a morte de uma pessoa que não deixa descendentes; não só pela ausência da figura paterna durante o crescimento da criança: mas também a nódoa nela criada, pela perda violenta do genitor" (fl. 975).*

*Lado outro, os antecedentes do acusado também merecem reprovação, visto que o réu ostenta algumas condenações por fatos anteriores ao que está em análise, com trânsito em julgado para ambas as partes, e que podem ser utilizados para fins de maus antecedentes e reincidência, sem acarretar bis in idem (CAC fis. 271/272; 623/624; 630/635; 643; 663/665; 699/701 e 736/738).*

*Todavia, a meu ver, o comportamento da vítima não pode ser Considerado em desfavor do acusado.*

*No caso em apreço a vítima não Contribuiu para a prática*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*do ato ilícito, sendo tal circunstância judicial, portanto, inerente ao delito, não podendo, assim, ser considerada desfavorável ao apelante e, consequentemente, justificar a elevação da pena na primeira fase da dosimetria.*

*(...)*

***Registre-se que apesar de desfavoráveis a culpabilidade, os antecedentes, as circunstâncias e consequências do crime, a pena-base deve ser majorada em quantum diverso do adotada na sentença, eis que este foi estabelecido com excessivo rigor.***

Com efeito, não há que se falar em revisão da pena-base fixada eis que concretamente majorada pela instância primeira com justificativas contidas na ação desencadeada pelo réu, não sendo utilizados elementos inerentes ao tipo e sim fatos que transbordam o próprio crime.

Neste sentido:

***PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. LATROCÍNIO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. CONDUTA SOCIAL. USUÁRIO DE DROGAS. ARGUMENTO INADEQUADO. PERSONALIDADE. PASSAGENS PELA VARA DA INFÂNCIA. IMPROPRIEDADE. MOTIVO DO CRIME. APROPRIAÇÃO DE BENS. DELITO PATRIMONIAL. ARGUMENTO INADEQUADO. CULPABILIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ATENUANTES DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E MENORIDADE RELATIVA. QUANTUM DE DIMINUIÇÃO DA PENA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO EM PARTE.***

*(...)4. No que toca às circunstâncias do crime, o fato de ter o recorrente efetuado diversos disparos de arma de fogo em via pública, "pouco se importando com a presença de mais pessoas que também poderiam ser alvejadas", constitui fundamentação apta a justificar a majoração da pena na primeira fase da dosimetria.*

***5. Quanto às demais circunstâncias valoradas como negativas (culpabilidade, por se tratar do idealizador do delito, e consequências do crime, em razão do homicídio de um policial militar, que havia dado ordem de prisão ao réu e seu comparsa, os quais resistiram efetuando disparos contra a vítima), verifica-se que foi adotada pelo Tribunal local fundamentação concreta e idônea para justificar a majoração da pena-base acima do mínimo legal, não havendo falar em constrangimento ilegal.***

***6. Apesar de não haver previsão legal da fração mínima e máxima de redução da pena em razão da incidência de circunstância atenuante, deve ser observada a devida proporcionalidade entre a***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*diminuição realizada na segunda fase e o aumento efetuado sobre a pena-base.*

*Precedentes.*

*7. Recurso especial provido em parte.*

*(REsp 1702051/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator